

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 3 de julho de 1991

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araujo

Roberto Muller Filho

Roberto de Souza Ayres

Página 4

Vencida a primeira escala em Tóquio, a delegação brasileira encarregada de obter a adesão dos credores ao acordo relativo aos juros em atraso segue para Frankfurt, na Alemanha, em um "road-show" que deve terminar no próximo dia 11, em Nova York. A ocasião não podia ser mais oportuna para examinar alguns números básicos sobre as contas externas brasileiras, que nos podem dar uma idéia da direção que tomarão as negociações com os bancos privados e as instituições financeiras internacionais no futuro.

A primeira constatação a fazer é que o Brasil tem meios para atender aos compromissos assumidos, ou seja, não vai pagar o que não pode. Em termos de "cash-flow", o País poderá, de fato, obter em 1991 um superávit em conta corrente (superávit comercial menos déficit na conta de serviços). Como já temos assinalado, não será difícil, mantida a atual política de apoio às exportações, conseguir neste ano um superávit comercial de US\$ 16 bilhões ou mais, capaz de cobrir com folga as despesas previstas de serviços.

De conformidade com o que foi ajustado com o Comitê de Bancos, sobre os juros em

Para cumprir o prometido

Dívida ext

atraso, o País terá de desembolsar US\$2 bilhões neste ano, dos quais a maior parcela, de US\$ 815,3 milhões, já foi paga. Ainda a título de juros, o País deverá transferir aos credores cerca de 1,3 bilhão, ou seja, 30% do valor devido como remuneração do estoque da dívida (US\$ 52 bilhões), mais US\$ 100 milhões de juros sobre a dívida do setor privado e US\$ 150 milhões, aproximadamente, sobre financiamentos obtidos de instituições internacionais. A conta de juros ficaria, portanto, em torno de US\$ 3,5 bilhões. Com relação a outros serviços, como dividendos, "royalties", assistência técnica, frete, seguro, etc., os técnicos calculam que eles não somarão mais do que US\$ 4,5 bilhões, principalmente se as remessas de dividendos se mantiverem em ritmo moderado, como tem ocorrido até agora (US\$ 300 milhões no primeiro trimestre).

Poderemos ter, assim, um déficit de serviços da ordem de US\$ 8 bilhões (US\$ 3,5 bilhões de juros mais US\$ 4,5 bilhões de outros

serviços). Isso permitiria uma excelente posição em conta corrente — em termos de "cash flow", repetimos —, mas ela só pode tornar-se viável porque o País realizou o acordo sobre os atrasados, que ascendem a US\$ 7,9 bilhões, dos quais US\$ 5,9 bilhões serão transformados em bônus a prazo de dez anos. E, é claro, porque o País só está pagando 30% dos juros sobre o estoque. Não fora isso, a posição em conta corrente seria deficitária.

Outro aspecto que não se pode perder de vista são os compromissos que o País terá de saldar e que serão contabilizados na conta de capital. Aí se inscrevem parcelas estimadas em US\$ 800 milhões, US\$ 1 bilhão e US\$ 250 milhões, devidas, respectivamente, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disso, há cerca de US\$ 900 milhões a remeter relativos a débitos do setor privado. Se bem que o ingresso de capitais neste ano tenha sido até

surpreendente, devendo o País contar igualmente com novos financiamentos do BIRD e do BID, a conta de capital tenderá a ser deficitária, considerando ainda acertos em negociação com bancos japoneses e os pagamentos a fazer para se chegar a um entendimento com o Clube de Paris.

Contudo, não há risco de súbita deterioração das reservas cambiais, o que significa que a renegociação da dívida externa pode avançar para novos estágios. O País poderá chegar, mais cedo do que se pensa, a um acordo definitivo com os bancos credores, superando a fase de expedientes transitórios, como a liquidação de apenas uma parte dos juros devidos. Isso, é claro, presume que possa haver uma redução apreciável do estoque da dívida, dentro do espírito das conversações realizadas durante a recente visita do presidente Collor a Washington. Com essa abertura, as negociações conjugadas com o FMI e o Clube de Paris devem também evoluir de forma mais construtiva. Assegurados os meios para que possa retomar o desenvolvimento e sustentá-lo, sem os constrangimentos causados pela dívida externa, o Brasil cumprirá o que prometer.